



Estácio

**UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ – UNESA – CURSO DE LICENCIATURA
EM HISTÓRIA**

TIAGO SILVA ALVES

A EDUCAÇÃO ESTATAL E A QUESTÃO DO HOMESCHOOLING

PORTO ALEGRE – RIO GRANDE DO SUL

2020.1

TIAGO SILVA ALVES

A EDUCAÇÃO ESTATAL E A QUESTÃO DO HOMESCHOOLING

Artigo a ser apresentado à banca do curso superior de licenciatura em história da Universidade Estácio de Sá – Unesa

ORIENTADOR

Prof. Dr. João Cerineu Leite de Carvalho

PORTO ALEGRE – RIO GRANDE DO SUL

2020.1

Agradeço ao bom Deus por ter me dado condições para realizar este trabalho.

Agradeço a minha família por ter investido em meus estudos.

Por fim, agradeço a Andressa, Annye, Dilermando, Haroon Ali, Régis, Tailize e Igor que me presentearam com críticas construtivas durante a elaboração deste artigo.

A EDUCAÇÃO ESTATAL E A QUESTÃO DO HOMESCHOOLING

Tiago Silva Alves¹

Prof. Dr. João Cerineu Leite de Carvalho²

RESUMO: O principal objetivo deste estudo se efetivou pela análise histórica das origens da educação obrigatória como política de estado e as ideias de liberdade de ensino e aprendizagem presentes na flexibilização do sistema educacional e na educação domiciliar, o Homeschooling. Com certeza a liberdade deve andar junto com a educação a fim de proporcionar diferentes abordagens educacionais apropriadas para cada indivíduo contrariando as ideias de um planejamento central na educação, ou seja, a máxima participação do estado na formação do indivíduo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação obrigatória. Homeschooling, educação estatal.

ABSTRACT: The main objective of this study was accomplished by the historical analysis of the origins of compulsory education as a state policy and the ideas of freedom of teaching and learning present in the flexibility of the educational system and in home education, Homeschooling. Certainly freedom must go hand in hand with education in order to provide different educational approaches appropriate for each individual, contrary to the ideas of central planning in education, that is, the maximum participation of the state in the formation of the individual.

KEYWORDS: Compulsory education. Homeschooling, state education.

¹ Acadêmico do curso de licenciatura em história da Universidade Estácio de Sá - UNESA

² Professor do curso de licenciatura em história da Universidade Estácio de Sá - UNESA

Sumário

Introdução.....	6
O funcionamento da educação estatal no Brasil.....	6
As origens da educação obrigatória.....	6
O aparelhamento da educação pelo estado.....	9
As origens da educação domiciliar moderna: homeschooling.....	11
Tópicos sobre o Homeschooling pelo mundo.....	12
Pesquisa sobre a satisfação da educação formal dos filhos.....	14
Livre para escolher.....	15
O papel do professor.....	16
Os benefícios da educação livre e o homeschooling.....	17
Conclusão.....	18
Referências.....	19

INTRODUÇÃO

O presente artigo se propõe a realizar uma investigação histórica sobre as raízes da educação obrigatória europeia imposta pelo estado, desde as ideias de Lutero e Calvino, até sua ascensão durante o governo prussiano, com o objetivo de mostrar as raízes autoritárias da educação obrigatória e apresentar um modelo de educação com interferência estatal mínima. O ensino domiciliar, conhecido como homeschooling, garante aos pais maior liberdade para educar os filhos e garante um ensino mais direcionado às suas reais necessidades do aluno. Para a elaboração deste estudo, serão utilizados artigos científicos, livros acadêmicos, sites de organizações e fundações voltadas à educação, e pesquisa de campo afim de fortalecer o argumento da importância da liberdade de escolha para um desenvolvimento educacional saudável.

O FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO ESTATAL NO BRASIL

O Brasil tem um sistema educacional sólido. Em 1930 temos a fundação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, mas somente em 1995 durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, a educação passou a ter seu ministério único. O MEC tem como área de competência a política nacional de educação; a educação infantil; o ensino fundamental, médio e superior; a educação técnica; o ensino à distância e a educação especial; a avaliação, a informação e pesquisas educacionais, tal como a pesquisa e extensão universitária estão sob o controle do Ministério da Educação. Para administrar o sistema educacional de forma mais eficiente, os estados passam a ter secretarias estaduais de educação e coordenadorias regionais, e nos municípios são instituídas as secretarias municipais de educação. É importante destacar que está permitido o funcionamento de escolas privadas desde que atendam uma série de exigências impostas pela constituição conforme descrito no artigo 209 da constituição federal de 1988.

Claramente o Estado tem um forte controle sobre a educação no Brasil, do ensino básico à pós-graduação. Ao observarmos os parágrafos 1º e 2º do artigo 206 da constituição de 1988, pode-se dizer que a educação compulsória estatal no Brasil se guiaria pelos princípios da revolução francesa, que visava utilizar a educação como uma ferramenta de transformação da sociedade, entretanto, ao olhar para o sistema educacional brasileiro com um cuidado maior, podemos notar uma proximidade à experiência de educação obrigatória prussiana.

AS ORIGENS DA EDUCAÇÃO OBRIGATÓRIA NA EUROPA

Não iremos nos deter muito sobre as condições da educação na Grécia e Roma antigas. Na Grécia, mais precisamente em Atenas, a prática da educação controlada pelo estado deu lugar a um sistema voluntário. Já em Esparta, o estado foi organizado de maneira militar. "...as crianças eram

apreendidas pelo estado e educadas nos quartéis com o ideal de obediência às ordens do estado.” (ROTHBARD, 2013, p. 29).

Na idade média, a educação obrigatória estatal não se manifestou fortemente. “A instrução foi realizada em escolas e universidades paroquiais, em escolas privadas, e em centros de treinamento privados de formação profissional.” (ROTHBARDT, 2013, p. 29).

Em 1524 teremos o primeiro movimento moderno pela educação obrigatória estatal que vai surgir com a reforma protestante.

Lutero requisitou que as comunidades estabelecessem escolas pública e fizessem com que a frequência fosse obrigatória a todos, passível de multa para as famílias de alunos faltosos. Ainda em 1524, em sua carta aos governantes alemães, Lutero usou fortes premissas estatistas:

Caros governantes... Afirmo que as autoridades civis têm a obrigação de compelir o povo a enviar seus filhos para a escola... Se o governo pode compelir alguns cidadãos que estejam aptos ao serviço militar para empunhar lanças e espingardas, para erguer defesas, e para executar outras tarefas marciais em tempos de guerra, têm muito mais direito de compelir o povo a enviar seus filhos para a escola, porque, neste caso, estamos em guerra contra o diabo, cujo objetivo é secretamente esvaír cidades e principados de seus homens fortes. (PERRIN, The history of compulsory education in New England, 1896)

O estado germânico de Gota atende aos pedidos de Lutero e funda a primeira escola pública moderna da Saxônia, que mais tarde se tornou um modelo de educação estatal para a maioria dos Estados protestantes. Ainda em 1528, Melanchtohn decretou a criação de escolas estatais em todas as cidades e vilarejos, mas foi em 1559 que o primeiro sistema obrigatório do mundo moderno foi estabelecido, pelo Duque Christopher, Príncipe de Württemberg. Mais tarde outros estados germânicos seguiram este exemplo.

Mas o que estava por trás do apelo de Lutero por uma educação estatal obrigatória? “Uma visão comum é que ele refletiu o espírito democrático dos reformadores e o desejo de ter todos lendo a bíblia, a presunção é que eles queriam encorajar cada um a interpretar a bíblia por si mesmos.” (CREMIN, 1951, p. 84), mas ao observarmos as práticas dos reformadores e a educação obrigatória, podemos perceber que a educação obrigatória foi uma ferramenta poderosa para inculcar a visão luterana na sociedade, conforme pontua Rothbard:

Os reformadores defenderam a educação obrigatória para todos como meio de inculcar toda a população com suas opiniões religiosas próprias, como uma ajuda indispensável na efetiva “guerra contra o diabo” e seus agentes. (ROTHBARD, Educação livre e obrigatória, 2013)

Na visão de Lutero, estes agentes eram os judeus, os infiéis, os católicos e as ramificações do protestantismo, que Lutero chamou de Seitas Protestantes. O princípio fundamental era que a interpretação luterana da bíblia deveria ser o único guia para todas as coisas. Além disso, Lutero argumentou que o estado deveria realizar a vontade de Deus, neste caso, forçar aqueles que foram excomungados pela igreja Luterana a se converterem de volta ao luteranismo. Não havia salvação fora da igreja Luterana. “[...] e não é apenas o dever do estado compelir todos a serem luteranos, mas este é o seu único objetivo.” (ROTHBARD, 2013, p.13).

A fim de evitar revoltas por parte da população, Lutero fortaleceu o argumento da obediência passiva, deslegitimando qualquer revolta contra o estado.

“Era dever de um cristão sofrer injustamente, e nenhuma violação de juramento ou de direito poderia privar o imperador de seu direito à obediência incondicional de seus súditos.”. Neste sentido, ele esperava induzir os príncipes a adotar e compelir o luteranismo em seus domínios, Lutero estava convencido expressamente que o poder estatal fosse usado com maior severidade contra as pessoas que se recusassem a se converter ao luteranismo. (ROTHBARD, 2013, p. 31)

Na prática, pregou um autoritarismo parecido com o que já era pregado pela igreja católica apostólica romana. “A defesa da religião tornou-se não apenas o dever do poder civil, mas o objetivo da instituição. Seu negócio era unicamente a coerção daqueles que estavam fora da igreja [luterana].” (ACTON, 2014, p. 88). Aqueles que eram considerados hereges, deveriam ir para a fogueira sem que fossem ouvidos e contestados. Este foi o objetivo da força que fundou o primeiro sistema de educação obrigatória de escolas estatais no ocidente.

Além de Lutero, outro líder moderno foi fundamental para o estabelecimento da educação obrigatória, o reformador João Calvino. Em Genebra, Calvino abriu uma série de escolas públicas de participação obrigatória. Neste caso, o sistema educacional e a doutrinação não eram muito diferentes em termos de obediência ao estado. Para Calvino, nada importava, a não ser sua doutrina e supremacia. Conceitos como liberdade e direitos não eram importantes. Para Calvino, somente uma minoria na terra é “escolhida” e o resto é uma massa de pecadores que deve ser coagida pela espada. Calvino defendeu a obediência total ao estado, independentemente da forma de governo, pois o governo tinha aprovação divina. Sendo calvinista, o governo poderia tomar qualquer medida sem que houvesse contestação por parte da população.

Em 1560, os calvinistas franceses enviaram uma carta ao rei solicitando o estabelecimento da educação obrigatória na França, mas não foram ouvidos.

Somente em 1671, sob influência calvinista, a Rainha Joana III D'Albert implementou escolas de ensino estatal obrigatório em todo território francês.

É importante destacar que a educação alemã foi interrompida completamente entre 1618 e 1648 em razão da guerra dos Trinta Anos. Após o conflito, vários governos tentaram acionar a obrigatoriedade do comparecimento das crianças nas escolas, sob pena de aprisionamento das crianças e multas pesadas às famílias.

No início do século XVIII, o estado da Prússia começa sua ascensão sob o governo do Rei Frederico Guilherme I, que acreditava na virtude do absolutismo monárquico e no despotismo. O Rei Frederico Guilherme I inaugurou o sistema escolar estatal prussiano em 1717, com a obrigatoriedade da participação das crianças e seguiu criando escolas estatais por toda a Prússia. Seu filho, Guilherme II, instituiu o sistema nacional de crescimento educacional e o regulamento geral da educação, o Landschulreglement de 1763. “Quais foram os objetivos que inspiraram Frederico II? Novamente a crença fervorosa no controle estatal” (ROTHBARD, 2013, p. 34).

O Governo prussiano sofreu uma grave derrota imposta por Napoleão, e em 1807, a Prússia voltou a organizar-se para as próximas guerras, sob a liderança do Rei Frederico Guilherme III que fortaleceu o estado o absoluto prussiano. Em 1807, o ministro Von Stein aboliu as escolas privadas semi religiosas e centralizou toda a educação no Ministério do Interior. Três anos mais tarde, o ministro percebeu a necessidade de criar um exame estatal com certificação para todos os professores, e em 1812, o “exame final” foi retomado como um procedimento necessário para a saída da criança da escola estatal, e um sistema de fiscalização foi desenvolvido para supervisionar as escolas do campo e da cidade.

Um passo importante para o fortalecimento da educação estatal obrigatória foi dado em 1834:

Frederico Guilherme III continuou a reorganização do sistema de educação estatal obrigatório em 1834 tornando-o necessário para a entrada de jovens para as profissões liberais, como também todos os candidatos a cargos públicos e os estudantes universitários deveriam passar nos exames de graduação do ensino médio. Desde modo, o estado prussiano obteve controle efetivo sobre todas as gerações vindouras de acadêmicos e outros profissionais. (ROTHBARD, 2013, p.35)

O APARELHAMENTO DA EDUCAÇÃO PELO ESTADO

Como vimos anteriormente, a educação estatal obrigatória tem origens não tão nobres quanto as que pensávamos, e, embora o estado dispunha de

estrutura para fazer com que as suas escolas chegassem em regiões menos urbanizadas, oportunizando que milhares de crianças que não tinham acesso à escola pudessem estudar, o estado também aboliu as escolas privadas. Mais tarde, algumas escolas privadas obtiveram uma autorização para o funcionamento desde que seguissem uma série de normas. Não muito diferente do que temos no Brasil do século XX e XXI. Por que há uma necessidade por parte do estado em centralizar em si toda a educação? Mesmo que existam escolas de ensino fundamental e médio, e universidades na rede privada, estas mesmas, precisam seguir uma série de normas burocráticas para que possam estar em funcionamento. No caso do Brasil do século XXI, todos os alunos da educação básica à pós-graduação realizam provas que vão medir a qualidade do ensino nas instituições. O próprio Exame Nacional do Ensino Médio, o ENEM, utilizado para o ingresso no ensino superior já é um teste organizado pelos órgãos educacionais do governo, e de certa maneira, centralizada no estado a responsabilidade de aplicar uma prova que será usada em mais dois sistemas estatais, o SISU e o PROUNI. Se o governo tem em a responsabilidade de coletar e aplicar os impostos, elaborar testes que medem a qualidade de ensino em todos os níveis da educação pública e privada, e também é responsável pelo principal exame de ingresso ao ensino superior, certamente este estado tem em suas mãos o poder de mudar as diretrizes e bases na educação, tal como o conteúdo que será passado nas escolas e universidades. Neste caso, onde fica a liberdade de ensino e a diversidade de pensamentos em um sistema tão central como este? Ora, se todo o poder está nas mãos do estado, logo a educação estará submetida à visão ideológica do governo sem uma real abertura para o diálogo.

Ao investigar as origens da educação obrigatória e o estado prussiano, Celeti pontua sobre os riscos do estado como o único agente com legitimidade para decidir sobre a educação:

O ideal presente não foi o ideal de liberdade e igualdade que poderiam advir do estabelecimento de uma obrigatoriedade educacional. O ideal presente remete a proposta platônica dos cidadãos vivendo em função do bom funcionamento da sociedade. Ora, um estado capaz de educar seus súditos (ou cidadãos) na direção de suas finalidades é um estado capaz de manter-se sempre como “ente” necessário para a vida em sociedade. A única liberdade é a liberdade do estado ensinar conteúdos e ideais que julgar apropriado para a perpetuação de seu domínio. A única igualdade é a igual obediência requisitada para a manutenção da ordem. (CELETI, F, 2012, p. 31)

É importante destacar que o governo brasileiro tem um forte aparato burocrático para controlar a educação nacional, no entanto, as medidas utilizadas para melhorar a qualidade da educação no Brasil não têm surtido o efeito esperado. Segundo dados do Programa Internacional de avaliação de alunos (PISA), os alunos brasileiros ficaram abaixo da média de países que,

inclusive, investem menos que o Brasil no setor educacional. Em 2019, 79 países foram avaliados, as posições do Brasil são:

58° em Leitura

66° em Ciências

72° em Matemática.

Como é que um país que detém tanto controle sobre o setor da educação, como é o caso do Brasil, não consegue melhorar os índices de qualidade nos testes internacionais?

Como vimos acima, o estado não é a melhor instituição para cuidar da educação no país, principalmente quando o assunto é educação infantil e por mais que existam instituições de controle educacional, percebe-se pelos números que o estado não é um bom gestor, e por mais que nossa constituição aponte para uma educação com igualdade, liberdade e pluralismo de ideias, ao fazermos um resgate histórico sobre a educação estatal, pode-se perceber que a ideia estatal não é tão nobre. E com isso, surge a discussão sobre a liberdade dos pais em ensinar os seus filhos em casa ou contratar um professor particular, oferecendo uma educação voltada às reais necessidades da criança, afinal, quem está mais habilitado para educar as crianças: o estado ou os pais e professores particulares que podem oferecer um ensino mais específico às necessidades da criança? Como vimos acima, a própria existência do estado se baseia em um grau de violência e coação. Se a criança for educada sob as asas de uma instituição violenta e coercitiva, que tipo de desenvolvimento pacífico pode haver sob tais circunstâncias?

O que significa dizer que um governo deveria educar o povo? Por que eles deveriam ser educados? Para que serve a educação? Certamente, para ajustar o povo para a vida social – para torná-los bons cidadãos. E quem pode dizer que são bons cidadãos? O Governo: Não há outro juiz. E quem vai dizer como esses bons cidadãos podem ser feitos? O Governo: Não há outro juiz. Daí a proposição é convertida nisto – um governo deve moldar as crianças a bons cidadãos... Ele precisa primeiro formar ele mesmo uma concepção definida de um cidadão padrão; e, tendo feito isto, deve elaborar tal sistema de disciplina calculado como parecer melhor para produzir cidadãos a partir deste padrão. Este sistema de disciplina é obrigado a ser cumprido até o fim. Pois se não for cumprido, permite que os homens se tornem diferentes daquilo que se julgou que deveriam ser e, portanto, falha naquela obrigação que foi ordenada a cumprir. (SPENCER, 2019, p. 98)

AS ORIGENS DA EDUCAÇÃO DOMICILIAR MODERNA: HOMESCHOOLING

É natural que haja uma parcela de pais descontentes com a qualidade duvidosa da educação oferecida pelo estado e que queiram educar seus filhos com base em outros valores, o que é justificável e legítimo.

O que conhecemos hoje como homeschooling, foi um movimento de reforma educacional realizado na década de 70 por John Holt, professor e escritor estadunidense. Holt reivindicava a necessidade de as escolas serem menos formais e com espaços de aprendizagem variados e cheios de estímulos, onde as crianças pudessem se desenvolver de acordo com sua curiosidade, e com as experiências que lhe fossem vivenciadas. Deste conjunto de ideias, surge o termo Unschooling que apregoava que a aprendizagem deveria ser de forma natural e espontânea, fora do ambiente escolar. Neste contexto, a criança tinha liberdade de decidir quais atividades educativas realizaria no dia, tais como: leitura ao ar livre, contato com a natureza, atividades artísticas ou prática de esportes. Ainda na década de 70 começaram a surgir os primeiros grupos de educação domiciliar, os homeschoolers. Estes grupos de pais educavam seus filhos em casa atendendo alguns requisitos impostos pelos conselhos educacionais regionais, como a apresentação de um plano de ensino e avaliações regulares.

O crescimento dos casos de bullying nos EUA fez com que o homeschooling fosse mais aceito na sociedade americana; e, a partir da década de 80, pais pertencentes a grupos evangélicos nos Estados Unidos começaram a organizar-se para educar seus filhos de acordo com os princípios cristãos e eventualmente reuniam-se nas congregações para promover a socialização de seus filhos.

TÓPICOS SOBRE O HOMESCHOOLING PELO MUNDO

- Na Alemanha, aproximadamente 400 famílias já aderiram ao Ensino Doméstico. Assim como nos Estados Unidos, na Alemanha as leis de frequência obrigatória mudam de acordo com o estado.
- No Japão, apesar dos índices de qualidade de educação estarem nas melhores colocações, o bullying é um problema que tem afastado muitas crianças da escola. Pensando nisso, grupos empresariais têm pensado em estratégias para lidar com o abandono escolar. Diante desta realidade, o país vem buscando materiais curriculares para serem traduzidos e desenvolvidos entre as famílias praticantes do Ensino Doméstico.
- No México, crianças de baixa renda estão recebendo o ensino curricular em casa, pelo fato de não terem acesso à uma educação básica de qualidade no país. Algumas Instituições apresentam salas de aula lotadas, e professores sem formação. Além disso, muitas famílias mexicanas estão

optando pelo ensino no lar a fim de transmitir uma educação voltada à valores religiosos.

- Em Taiwan, o Ensino Doméstico foi legalizado em junho de 1999. No entanto, sua prática teve início somente com crianças em idade pré-escolar. Aos poucos, com a disseminação da prática, pais e apoiadores da causa se uniram e fundaram uma Organização de apoio ao Homeschooling, com o objetivo de oferecer suporte didático e legal às famílias.
- O Canadá tem sido exemplo quando o assunto é liberdade de ensino. Mesmo sendo um país desenvolvido e estando entre os primeiros lugares nos rankings internacionais de educação, o ensino é bem flexível. Os pais podem matricular seus filhos em uma escola regular para que venham ser alfabetizados e aprenderem matemática, e também podem matricular seus filhos em outras escolas, contratar professores particulares ou ensinar as demais disciplinas em casa, obedecendo alguns requisitos impostos pelos conselhos educacionais.
- Na Espanha, o programa Educación en el Hogar, é apoiado pela constituição, que reconhece a liberdade do ensino no lar, como um direito natural dos pais escolherem a melhor forma de educação para os seus filhos
- A França especifica de forma legal que “a instrução obrigatória é fornecida principalmente em instituições de ensino”, portanto, é a instrução, e não a escola, que é obrigatória dos 6 aos 16 anos. Desta forma, as crianças adeptas do ensino ministrado em casa participam de aulas por correspondência, ou recebem as lições sob orientação da família. Para as crianças não matriculadas nos cursos por correspondência, um inspetor é encaminhado à residência desta família a fim de analisar o rendimento pedagógico desta criança.
- Na Itália, o termo utilizado para o homeschooling é *Educazione Parentale*. O país mantém sites de organizações educacionais com fóruns, dicas e atividades que informam, direcionam e orientam as famílias adeptas e as que desejam aderir ao ensino parental. Entretanto, para ministrar o ensino em casa, a família deve enviar uma notificação por escrito ao conselho de educação de sua competência, anualmente. Algumas famílias optam por educar em casa para evitar que seus filhos sofram bullying, exposição ao clima opressivo e à classe competitiva. Ainda outros escolhem a educação no lar porque eles não querem delegar a outros a tarefa fundamental de educar os filhos.
- Do ponto de vista do Ensino Doméstico na Suíça, varia de distrito para distrito. Isso significa que os pais que optarem por ensinar seus filhos em casa, deve primeiramente verificar se a secretaria de educação do distrito (de sua residência) autoriza o Ensino Doméstico. Caso seja possível, os pais devem responder a um requerimento que deve ser enviado para a secretaria de educação para aprovação legal. Os materiais de ensino e

planos de aula são fornecidos gratuitamente por escolas locais. Além disso, as famílias recebem visitas e tutorias pedagógicas no domicílio por membros de associações locais.

- Estudantes do sistema público de ensino no Egito, renunciaram a educação oferecida pelo Estado por se tratar de um ensino que não cumpre as exigências e competências profissionais requisitadas pelo mercado, ou seja, o currículo educacional egípcio não se encontra de acordo com as reais necessidades para a preparação deste estudante para o mercado de trabalho. Além disso, os conteúdos de trabalho pedagógico propostos pelo país, não levam em consideração as necessidades educacionais individuais dos alunos. Alguns pais *Homeschoolers* egípcios relatam que, ao aplicarem o Ensino Doméstico no lar com seus filhos, têm a oportunidade de adequarem tanto as atividades quanto os conteúdos à realidade da sua criança.
- A Noruega alega muitos serem os motivos para a adoção do ensino educacional em casa, dentre eles: bullying, motivos religiosos, métodos pedagógicos inadequados, fechamento de escolas rurais necessárias a algumas comunidades e insatisfação da qualidade do ensino. Outro motivo alegado por alguns pais, é de que o Ensino Doméstico proporciona um aprendizado mais natural e espontâneo para as crianças. O país teve a sua primeira conferência nacional sobre Homeschooling de 28 de junho a 30 de junho de 1996, em Ullvik, Hardanger.
- No Brasil, a Educação Domiciliar surge como uma modalidade de educação com o objetivo de dar aos pais e aos seus praticantes, a oportunidade de flexibilizar o conteúdo escolar, e de selecionar e aplicar materiais didáticos que vão de encontro aos seus valores e crenças. Dentre outros fatores que motivam esta modalidade educacional no país estão os perigos do ambiente escolar, a flexibilidade de horários e a mobilidade geográfica dos pais.

PESQUISA SOBRE A SATISFAÇÃO COM A EDUCAÇÃO FORMAL DOS FILHOS

Entre os dias 30 de abril de 2020 e 13 de maio de 2020, cerca de 30 casais com filhos entre 6 a 13 anos foram entrevistados, respondendo cinco perguntas:

1. Você acompanha a vida escolar de seu filho?
2. Você está satisfeito com o conteúdo escolar que é passado ao seu filho?
3. Você concorda que o estado é a melhor instituição para cuidar da educação de seu filho?
4. Você concorda com a ideia de que a criança poderia ir para a escola para ser alfabetizada e aprender matemática de maneira obrigatória, enquanto as ciências humanas podem ser aprendidas de maneira mais

flexível, ou seja, na escola ou com um professor particular da escolha dos pais?

5. Você está satisfeito com o formato atual da escola?

Sobre o acompanhamento da vida escolar dos filhos, vinte e três (23) dos trinta (30) casais entrevistados acompanham a vida escolar de seus filhos e sete (7) casais responderam que não acompanham ativamente a vida escolar dos filhos.

Sobre a satisfação dos pais entrevistados com o conteúdo escolar passado aos filhos, dezessete (17) apontam insatisfação, enquanto seis (6) casais apontam satisfação e sete (7) pais não souberam responder.

Sobre o estado ser a melhor instituição para cuidar da educação dos seus filhos, temos os seguintes resultados: vinte e um (21) casais não concordam enquanto cinco (5) concordam e quatro (4) não souberam responder.

Sobre a quarta questão, a respeito da flexibilização de conteúdos das humanidades temos os seguintes resultados: vinte e cinco (25) pais concordam com a ideia. Três (3) discordam da ideia e dois (2) não souberam responder.

Sobre a quinta questão, a respeito da satisfação geral com o formato atual de escola: Vinte e sete (27) casais estão insatisfeitos com o atual formato da escola, dois (2) casais responderam que estão satisfeitos e um (1) não soube responder.

Com base nesta pesquisa, é possível observar que há uma um forte descontentamento com o sistema escolar vigente no país, desde o formato da escola até o seu conteúdo passado para a criança. Observa-se também, que os pais gostariam de ter mais liberdade para escolher metodologias de ensino para seus filhos ou então, liberdade para escolher professores para seus filhos, afinal, ao matricular a criança em uma escola, os pais não tem a liberdade para escolher os profissionais que vão cuidar da educação formal de seu filho. Os pais devem ter esta liberdade de escolha. A escola deveria ser mais flexível, dando sentido à questão quatro (4) da pesquisa, sobre a liberdade dos pais junto aos seus filhos de optarem por escolas específicas, ou professores particulares que iram trabalhar determinados conteúdos, como nas disciplinas das áreas de humanidades, por exemplo.

LIVRE PARA ESCOLHER

A Espanha é um exemplo a ser seguido. Dentro de seu sistema educacional há um nível de liberdade muito interessante. Os pais têm a liberdade para escolher junto aos seus filhos qual será o método de educação formal a ser utilizado. O aluno pode estudar Geografia e História em uma escola, pode estudar artes, educação física em outra, pode estudar matemática e física com um professor particular e pode estudar química e biologia em casa com o auxílio de um tutor. Com essa liberdade o aluno poderá desenvolver muito melhor as suas capacidades, afinal, suas escolhas vão levar em

consideração sua afinidade com a escola ou professor que tenha uma metodologia mais específica, ou seja, uma metodologia de ensino mais eficiente e adequada para o ritmo do aluno.

A liberdade de escolher um tipo de educação formal é muito mais eficiente do que o método tradicional que pode até ousar em se apropriar de um termos libertários como a pedagogia libertária, sendo que na verdade, traz uma experiência de socialização forçada e que na prática não valoriza a liberdade, a autonomia e a individualidade do aluno. O escritor inglês Herbert Read defende os diferentes tipos de escola e ensino.

A humanidade é diferenciada naturalmente em muitos tipos, e colocar todos estes tipos em um mesmo molde deve inevitavelmente levar a distorções e pressões. As escolas devem ser de vários tipos e seguir diferentes métodos e aprovisionamentos para diferentes posições. (READ, 1943),

Promover um só tipo de escola, é eliminar a individualidade do aluno e encaminhá-lo para frustrações durante sua vida escolar. As crianças são diferentes umas das outras, cada uma com habilidades particulares. Uma criança com habilidades matemáticas, pode não se sair tão bem em literatura, e uma criança com uma maior sensibilidade para as artes pode não se sair tão bem nas atividades de educação física. Pegar essas crianças e colocá-las no mesmo ambiente para realizarem avaliações iguais fará com que as crianças se frustrem ao não alcançarem a nota necessária para a aprovação nas áreas pelo qual elas não apresentam tanta aptidão, e é um erro achar que esse mesmo formato de escola irá conseguir desenvolver essas habilidades. A aprovação automática é um exemplo de tentativa de maquiagem este sistema educacional falho. Ora, se a criança apresenta aptidão com ciências exatas, mas não consegue desenvolver habilidades em humanidades, linguagens e artes, ela precisa experimentar outros métodos de ensino, neste caso, por que não flexibilizar o sistema educacional permitindo que esta criança possa ser matricular em uma escola com uma abordagem diferente na área das artes e das linguagens, e aprender história, geografia e filosofia em uma outra escola que seja especializada em humanidades? Ou até mesmo, se for o caso, estudar em casa com um professor particular? Isso não é um privilégio, isso é um direito. As melhores escolas particulares do Brasil já apresentam essas diferentes abordagens, mas estas escolas são frequentadas apenas pelas crianças oriundas das famílias com maior poder aquisitivo. Há uma liberdade maior para àqueles que têm mais dinheiro, e são justamente os que têm acesso a melhor educação e alcançam seu lugar nas melhores universidades e nos melhores postos de trabalho. O que resta para a população em geral, é um sistema extremamente centralizado e sem abertura para novas abordagens educacionais. O resultado desse sistema centralizado é o desinteresse dos alunos, que se frustram ao longo de sua vida escolar e são aprovados automaticamente mesmo não adquirindo os conhecimentos necessários.

O PAPEL DO PROFESSOR

Assim como o aluno, o professor também é vítima desse sistema estatal e rígido de educação. O professor lida diretamente com os alunos todos os dias da semana. Depois dos pais, o professor é quem melhor conhece as crianças, entretanto, como é que um professor vai inovar suas técnicas de ensino se acima dele existem burocratas de secretarias e coordenadorias que tratam o aluno como um número? Se o professor não tem liberdade de alterar o layout de classes em sala de aula, ou precisa passar por todo um aparato burocrático para conseguir levar sua turma para um passeio fora da escola, mesmo que tenha conseguido verbas para isso, então como o professor vai cativar seus alunos? Inovar dentro de sala de aula com uma cor padronizada, péssima ventilação e quadro negro? O ensino estatal padronizado empobrece a educação e desestimula o aluno a aprender e o professor de ensinar. Com isso, não é de se surpreender que um professor recém-formado e cheio de boas ideias seja moldado aos poucos aos modelos tradicionais e ineficientes de educação. O professor só terá liberdade para ensinar se o sistema educacional for menos burocratizado, mais flexível e voltado à individualidade ou a pequenos grupos de alunos e não à padronização nacional.

OS BENEFÍCIOS DA EDUCAÇÃO LIVRE E O HOMESCHOOLING

Alunos livres aprendem melhor, mas essa liberdade não existe dentro de um sistema educacional rígido e burocrático. A liberdade precisa ir além do discurso. O professor deve ser livre para escolher suas metodologias, ao invés de terem suas ações controladas por burocratas “especialistas em educação” que estão trancados em repartições fingindo conhecer as diversas realidades dos alunos. Os professores precisam de liberdade para ensinar, seja na escola em que trabalha, nos clubes de ensino (homeschoolers), ou até mesmo em suas aulas em domicílio. Os pais e os filhos precisam de liberdade para escolher escolas especializadas, professores com diferentes abordagens de ensino e de liberdade para ensinar seus filhos nos valores que acreditam.

A educação livre valoriza o indivíduo acima do coletivo, isto é, pensar por si mesmo, e não pelo que todos estão pensando. Colocar o estado como um planejador central na educação, é eliminar o poder do aluno de pensar por si próprio.

O ensino domiciliar tem sido uma alternativa eficiente encontrada por aqueles pais que tem condições de ensinarem ou contratarem tutores para seus filhos. Neste caso, o estado poderia intervir minimamente, isto é, eventualmente a família receberia visita de um assistente social e um pedagogo para verificar as condições de ensino e bem-estar da criança. Eventualmente, a criança poderia comparecer à uma escola para realizar avaliações. Esse deveria ser o papel do estado: interferência mínima na vida das pessoas.

CONCLUSÃO

Este estudo se propôs a fazer uma crítica ao atual sistema de educação estatal obrigatória, realizando uma breve pesquisa sobre as origens da educação obrigatória na Europa, trazendo uma forte crítica acerca das intenções de Lutero sob a educação. O presente artigo faz uma ligação do ensino obrigatório enfatizado por Lutero e Calvino, até chegar na Prússia, onde teve sua ascensão e tornou-se questão de Estado. Esta pesquisa traz à tona que as origens da educação obrigatória não são tão nobres como conhecemos, já que tem sua ascensão com o governo déspota da Prússia. Com isso, diversos governos optaram pela educação obrigatória, até chegar ao Brasil, que adotou um sistema centralizador e uniforme, e o mantém mesmo caindo ano após ano nos rankings internacionais que medem a qualidade de ensino. A partir disso, o artigo apresenta a ideia de uma educação mais flexível, livre, centrada na individualidade do aluno e na liberdade de escolha sobre as abordagens de ensino, trazendo a ideia de homeschooling, o ensino domiciliar, com a participação dos pais, tutores e professores focados nos alunos e com mais liberdade de adotar e criar métodos próprios de ensino.

Por questões didáticas, o conteúdo da pesquisa se efetivou no desenvolvimento de três seções distintas: Amostra do controle do governo brasileiro sobre a educação; Resgate histórico sobre as origens da educação obrigatória estatal; Apresentação do homeschooling; Pesquisa de opinião com os pais de alunos; Abordagem sobre a liberdade de ensinar e aprender.

Como foi apresentado, o homeschooling não é um padrão, pois ele se baseia na liberdade de ensinar, e não se coloca padrões na liberdade. Vimos que o homeschooling muda de país para país e de aluno para aluno.

Nota-se que a liberdade é fundamental para o indivíduo aprender, sem ela, não há nem indivíduo, e se não somos capazes de pensar por nós mesmos, seremos sempre submetidos à um padrão que será ditado pelo estado vigente, e o como observamos neste artigo, o Estado não é a melhor instituição para definir o que podemos ou não pensar.

Em suma, eis aí os resultados derradeiros desta pesquisa. Considerando que seria possível seguir por caminhos diferentes, espera-se que este estudo sirva pelo menos para inspirar outras atividades que se interessem por problemática mais ou menos assemelhada a que se finda neste ponto.

REFERÊNCIAS

ROTHBARD, Munrray N. Educação: Livre e Obrigatória; tradução de Filipe Rangel Celeti, - São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2013.

PERRIN, John William. The history of compulsory education in New England, Kessinger Publishing, 2010.

CREMIN, Lawrence Arthur. The American Common School: An historic conception – New York: Bureau of Publications, 1951.

ACTON, Lord. Ensaios, uma antologia. Rio de Janeiro: Topbooks, 2014.

CELETI, Felipe Rangel. Origem da educação obrigatória: Um olhar sobre a Prússia. São Paulo: Revista Saber, 2012. Disponível em: <http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20180403115007.pdf> Acesso em: 16 Abr. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

SPENCER, Herbert. The Man versus The State. Manchester: Wentworth Press, 2019.

BARBOSA, Flávio Alves. Descomplica Monografia. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2016.

YUKARI, Diana. Brasil é o 57º no mundo no ranking de educação, Folha de São Paulo, São Paulo, 2019, 13 dez. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/12/brasil-e-57o-do-mundo-em-ranking-de-educacao-veja-evolucao-no-pisa-desde-2000.shtml>>. Acesso em 22 abr. 2020.

PINTO, Diogo de Oliveira. Pisa: Entenda os dados do Brasil. **Blog Lyceun**. São Paulo, 25 ago. 2019. Disponível em: <<https://blog.lyceum.com.br/ranking-de-educacao-mundial-posicao-do-brasil/>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

PISA. Ranking 2019. Paris. 2019. Disponível em: <<http://www.compareyourcountry.org/pisa/country/BRA?lg=en>>. Acesso em: 24 abr. 2020

MEC, Institucional. 2020. Distrito Federal. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/institucional>>